ISSN: 2358-8829

A CIÊNCIA NÃO É NEUTRA: GÊNERO, PODER E CURRÍCULO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Bruno Oliveira da Silva [1]
Daniela Marques Alexandrino [2]

INTRODUÇÃO

Desde a consolidação do paradigma cartesiano-positivista e o advento da Revolução Científica, a premissa da neutralidade epistemológica ocupou posição central no pensamento ocidental, sustentando a concepção de que a ciência, empreendimento de alcance universal e infenso a contaminações ideológicas, a preferências políticas e a relações sociais de gênero, teria por sujeito uma consciência abstrata, desincorporada e imparcial. A desconstrução desse mito, contudo, revela que a pretensa isenção positivista opera como mecanismo discursivo e ideológico de poder, porquanto a produção do conhecimento, longe de gestar-se em um vácuo social, desenvolve-se no interior de instâncias historicamente assentadas sobre assimetrias estruturais, de modo que a prática científica se converte, com frequência, em instrumento de legitimação de hierarquias sociais.

Apreender a complexidade dessa engrenagem exige o confronto epistemológico entre três matrizes teóricas. Na perspectiva do Estruturalismo Construtivista, Bourdieu (1999) demonstra que a ordem masculina se naturaliza e se perpetua no campo científico mediante o habitus e a violência simbólica, que impõem imperativos androcêntricos na condição de critérios neutros de excelência e rigor. Em contraponto dialético, o Materialismo Histórico Dialético, apoiado nas formulações de Saffioti (1994, 2004) e adensado pelas contribuições de Collins (2022, 2024), postula que a dominação de gênero não se deixa apreender isoladamente, pois integra o nó estrutural que patriarcado, capitalismo e racismo conformam entre si. Nessa chave materialista e interseccional, a divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual condiciona a própria base material de produção da ciência, relegando os grupos subalternizados a posições de menor prestígio e determinando quais corpos detêm legitimidade para enunciar a verdade.

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb, obruno60@gmail.com;
[2] Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), dalexandrino@uesb.edu.br

ISSN: 2358-8829

Tensionando, por sua vez, os alicerces metodológicos da ciência, a Teoria Social Crítica, enriquecida pela reflexão epistemológica feminista e pós-estruturalista, desloca o debate das estruturas para os procedimentos de produção do saber. Harding (1991) aponta os limites da "objetividade fraca" do modelo hegemônico, na medida em que a ocultação da posição social de quem pesquisa perpetua os valores das elites masculinas como norma universal, e lhe contrapõe a "Objetividade Forte", ancorada na autorreflexividade e no ponto de vista dos marginalizados. Em direção convergente, Haraway (1995) rejeita a ilusão da visão desincorporada, o chamado "truque do Deus", sem render-se ao relativismo absoluto, e defende a urgência de saberes localizados e corporificados. Collins (2022), por fim, consolida a interseccionalidade como teoria social crítica ao demonstrar de que modo opressões cruzadas moldam a própria arquitetura do saber.

Desse diagnóstico epistemológico e sociológico decorre a necessidade de investigar, no campo educacional, em que medida a estrutura patriarcal e as assimetrias materiais do saber ali se reproduzem ou são desafiadas. Conforme Silva (1999), Moreira e Silva (1994) e Lopes e Macedo (2011), o currículo não constitui recipiente neutro para a transmissão de conteúdos isentos, mas território contestado, atravessado por disputas culturais e políticas que produzem identidades, subjetividades e relações de saber-poder. Articulada a crítica das teorias curriculares (Silva, 1995) ao debate epistemológico, o currículo assume feição de ferramenta multimodal: em sua dimensão hegemônica e opressora, opera pela invisibilização histórica de mulheres e minorias, pelo silenciamento discursivo e pela reificação do dogma positivista; em sua dimensão emancipatória, converte-se em dispositivo de desconstrução que viabiliza a emergência de pedagogias críticas, interseccionais e transformadoras.

Neste estudo, investiga-se a articulação entre gênero, poder e currículo na produção e no ensino das ciências, com o propósito de demonstrar de que maneira o androcentrismo estrutural molda a epistemologia do conhecimento e em que medida a intervenção curricular multimodal se impõe como condição indispensável à democratização da práxis científica.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta investigação filia-se ao paradigma da pesquisa qualitativa, de cunho exploratório-analítico, e desenvolve-se mediante o procedimento da Revisão Integrativa de Literatura. Conforme ensina Amado (2014), a investigação qualitativa nas ciências humanas e na educação não persegue a mensuração estatística nem a neutralidade positivista, voltando-se antes à compreensão aprofundada dos significados, das relações de poder e das dinâmicas socioculturais que constituem os fenômenos humanos. Na ótica do mesmo autor, o trabalho com documentos, fontes bibliográficas e referenciais teóricos configura processo hermenêutico e reflexivo de reconstrução crítica, em que o pesquisador tensiona evidências e conceitos para revelar as estruturas subjacentes à realidade investigada, de sorte que a opção pela revisão integrativa se justifica pela capacidade de sintetizar rigorosamente correntes teóricas e evidências empíricas diversas, condição para uma apreensão holística da articulação entre gênero, ciência e formação curricular.

A operacionalização metodológica desdobrou-se em percurso analítico contínuo e integrado. Estabeleceu-se, de início, como pergunta norteadora, o modo pelo qual a ordem patriarcal e as assimetrias materiais de poder incidem sobre a epistemologia científica, bem como a maneira como o currículo, na condição de ferramenta multimodal, atua na reprodução ou no tensionamento emancipatório dessas dinâmicas. Seguiram-se o mapeamento e a seleção do acervo bibliográfico em bases de dados acadêmicas e em acervos teóricos consolidados, cuja amostragem abrangeu obras matrizes das teorias sociais e curriculares e levantamentos empíricos e bibliométricos sobre a trajetória e a sub-representação das mulheres no campo científico e acadêmico brasileiro, amparados nos estudos de Olinto (2011, 2024) e Oliveira-Cruz e Wottrich (2023).

A categorização e a análise teórica apoiaram-se no pressuposto de Amado (2014) segundo o qual a análise documental e teórica demanda rigorosa triangulação conceitual, apta a explicitar convergências, divergências e rupturas epistemológicas. Nessa direção, submeteu-se o corpus a um confronto epistemológico deliberado entre três matrizes fundamentais. Do Estruturalismo Construtivista, fundamentado em Bourdieu (1999), extraíram-se as categorias de campo, habitus e violência simbólica, mobilizadas para explicar a reprodução das hierarquias androcêntricas no espaço acadêmico. Do Materialismo Histórico Dialético, ancorado em Saffioti (1994, 2004) e adensado pela

perspectiva interseccional de Collins (2022, 2024), derivou-se a apreensão das determinações econômicas e da divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual a partir do nó estrutural formado por patriarcado, capitalismo e racismo. A Teoria Social Crítica e Pós-Estruturalista, sustentada por Harding (1991), Haraway (1995), Silva (1995, 1999), Moreira e Silva (1994) e Lopes e Macedo (2011), forneceu o instrumental para desconstruir o mito da neutralidade e redefinir o espaço pedagógico.

Mediante tal triangulação, a síntese dos achados permitiu apreender o currículo como ferramenta multimodal. Sob a perspectiva qualitativa defendida por Amado (2014), que valoriza os artefatos educativos como suportes discursivos de subjetivação, analisou-se o currículo em dupla dimensão: de um lado, como dispositivo de opressão e reprodução hegemônica, no qual operam mecanismos não verbais, silenciamentos discursivos e escolhas bibliográficas androcêntricas; de outro, como vetor libertador e emancipatório, espaço em que a intervenção pedagógica orientada pela reflexividade crítica franqueia a emergência de saberes localizados e de práxis transformadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A Ordem Social e a Matriz de Dominação no Campo Científico e Jurídico

Compreender como se produz o conhecimento e como se ensinam as ciências e o direito pressupõe expor as estruturas sociais e simbólicas que regem as instituições acadêmicas, e o primeiro choque epistemológico dessa tarefa localiza-se na fricção entre a interpretação estruturalista do campo social e a leitura materialista e dialética das relações de dominação. No quadro do Estruturalismo Construtivista, Bourdieu (1999) demonstra que a ordem masculina se enraíza tão fundo nos esquemas cognitivos e nas estruturas institucionais que chega a ser percebida como contingência natural e neutra. Sendo o campo científico um espaço de luta concorrencial pelo monopólio da autoridade e do capital simbólico, a elevação do habitus masculino a padrão universal de rigor, imparcialidade e excelência faz com que as trajetórias e as produções associadas a sujeitos marginalizados sejam sistematicamente desvalorizadas por intermédio da violência simbólica.

O Materialismo Histórico Dialético, fundamentado em Saffioti (1994, 2004) e adensado pela teoria social crítica de Collins (2022, 2024), complementa essa leitura ao recusar a redução da opressão a uma dimensão puramente simbólica ou cognitiva. Para Saffioti (2004), a ordem patriarcal não atua isoladamente, integrando com o capitalismo

ISSN: 2358-8829

e o racismo um nó estrutural indissociável. Na divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual, aos homens brancos das classes dominantes cabem o controle dos rumos das pesquisas de ponta, a gestão do financiamento e a formulação da dogmática jurídica dominante, ao passo que mulheres e minorias sociais são destinadas a posições subalternas de suporte acadêmico ou de docência sem prestígio simbólico. Collins (2024), ao tratar das "intersecções letais", indica que a violência estrutural do saber se manifesta no aprisionamento de certos corpos a posições de menor valor epistêmico, o que faz do "sujeito neutro" da ciência e do direito uma ficção que encobre um corpo masculino, branco e situado no topo da hierarquia de classe.

Os estudos bibliométricos e sociológicos sobre a ciência brasileira conferem concretude empírica a esse diagnóstico. Olinto (2011, 2024) registra a persistência de dois fenômenos estruturais: a segregação territorial (horizontal), pela qual as mulheres são canalizadas para áreas ligadas ao cuidado e às ciências humanas e permanecem minoria nas engenharias, nas ciências exatas e nos setores de ponta da dogmática jurídica, e a segregação hierárquica (vertical), expressa no teto de vidro (glass ceiling). Embora haja paridade ou maioria feminina nos níveis iniciais da formação universitária e na pós-graduação, a presença das mulheres se afunila de modo drástico na ascensão às bolsas de produtividade de topo e aos cargos de liderança institucional e judiciária. Em consonância com esse quadro, Oliveira-Cruz e Wottrich (2023) demonstram que as métricas tradicionais de avaliação da produtividade penalizam a maternidade e o trabalho invisível de gestão pedagógica, reproduzindo a dominação masculina sob a roupagem de uma meritocracia asséptica.

3.2 A Desconstrução do Mito da Neutralidade e a Virada Epistemológica

Enquanto a sociologia e a economia política evidenciam o viés androcêntrico das instituições, a Teoria Social Crítica e as epistemologias feministas atacam o próprio conceito positivista de objetividade. Harding (1991) diagnostica na alegada neutralidade científica uma "objetividade fraca", visto que ela oculta os valores ideológicos e as posições de poder a partir dos quais se formulam os problemas de pesquisa e se proferem as decisões jurídicas. Ao simular ausência de lugar social, o positivismo converte os pressupostos do grupo dominante em norma epistemológica universal. A alternativa de Harding (1991) é a Objetividade Forte, que exige da investigação a reflexividade crítica sobre a posição social do sujeito cognoscente, pois tomar como ponto de partida a experiência vivida dos grupos subalternizados gera conhecimentos epistemologicamente

ISSN: 2358-8829

mais rigorosos e menos distorcidos, ao trazer à tona as assimetrias que o discurso hegemônico encobre.

Haraway (1995) aprofunda a ruptura ao denunciar a ilusão do saber desincorporado, a que chama ironicamente de "truque do Deus" (god trick), isto é, a pretensão positivista e cartesiana de enxergar tudo a partir de lugar nenhum. A autora rejeita com igual firmeza o relativismo acrítico e sustenta que a única objetividade autêntica é a dos Saberes Localizados, já que todo conhecimento é produzido por um corpo situado em tempo, espaço, cultura e estrutura de poder específicos. Defender saberes localizados implica assumir responsabilidade política pelo olhar e reconhecer de que maneira gênero, raça e classe atravessam conceitos, jurisprudência e métodos de investigação.

Com Collins (2022), a virada epistemológica se consolida na proposição da interseccionalidade como teoria social crítica. Para a autora, ideias e produção teórica não são abstrações puras, mas ferramentas de intervenção social. Uma vez que raça, gênero, classe e sexualidade operam como sistemas interligados de opressão, a perspectiva interseccional implode a figura do sujeito universal do direito e da ciência e obriga o ensino e a pesquisa a reconhecer as margens como posições de vantagem epistêmica, e não como lugares de carência, capazes de tensionar o centro e produzir saberes emancipatórios.

3.3 O Currículo Científico e Jurídico como Ferramenta Multimodal: Opressão vs. Libertação

A perpetuação ou a superação da exclusão epistemológica e institucional decide-se, em larga medida, na formação curricular. Com base em Silva (1995, 1999), Moreira e Silva (1994) e Lopes e Macedo (2011), o currículo deixa de ser entendido como lista técnica de conteúdos isentos e passa a ser teorizado como território contestado de política cultural e de produção de subjetividades. Sua natureza de ferramenta multimodal de poder decorre de mobilizar, simultaneamente, textos normativos, ementas bibliográficas, rituais acadêmicos, dinâmicas de linguagem corporal e silenciamentos pedagógicos intencionais, no cotidiano escolar e universitário.

Em sua face opressora e hegemônica, a multimodalidade curricular reproduz o androcentrismo e o racismo estrutural por dois mecanismos centrais. O primeiro é a invisibilização histórica das contribuições teóricas e científicas de mulheres e sujeitos racializados, que faz a evolução do saber figurar como encadeamento linear de conquistas

masculinas; o segundo é a reificação da neutralidade, que apresenta dogmas científicos e jurídicos como verdades a-históricas e desincorporadas (Silva, 1999). Tal pedagogia ensina silenciosamente aos estudantes quem detém autoridade para falar e quem deve contentar-se com o papel de espectador, perpetuando o ciclo de segregação e alienação epistêmica (Moreira; Silva, 1994).

Apreendido, porém, à luz das teorias pós-críticas e das pedagogias feministas, o currículo mostra uma face libertadora e emancipatória. Lopes e Macedo (2011) o descrevem como espaço imprevisível de significação e enunciação discursiva, e é nessa imprevisibilidade que a intervenção curricular multimodal, ao introduzir a crítica dos saberes localizados e da interseccionalidade, desestabiliza a hegemonia dogmática. A multimodalidade emancipatória recorre a texto, imagem, oralidade, estudo de casos e revisão de bibliografias para problematizar as estruturas de poder e estimular a reflexividade crítica dos estudantes, de modo que o currículo se converte em práxis transformadora, capaz de formar sujeitos autônomos e comprometidos com a democratização do saber.

3.4 Síntese Triangulada do Choque Epistemológico

A integração do choque epistemológico entre o Estruturalismo, o Materialismo Histórico Dialético e a Teoria Social Crítica permite sintetizar os impactos dessas matrizes sobre a apreensão da ciência, do direito e da prática curricular. Cada matriz ilumina uma camada do problema: o Estruturalismo explica como a ordem masculina se naturaliza nos esquemas cognitivos e nas instituições, o Materialismo Histórico Dialético recoloca essa naturalização nas determinações materiais da divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual, e a Teoria Social Crítica interroga os próprios critérios de objetividade e de validade com que o conhecimento é produzido e ensinado.

Ao serem postas em diálogo, as três perspectivas apresentam pontos de convergência, como a recusa da neutralidade científica e jurídica e o reconhecimento do currículo como território de poder, e também tensões, que dizem respeito ao peso atribuído às dimensões simbólica e material da dominação e ao lugar da experiência dos sujeitos subalternizados na construção do saber. O quadro a seguir sistematiza as convergências e tensões analíticas identificadas nesta investigação:

ISSN: 2358-8829

Quadro 1 – *Matriz de Integração Teórico-Epistemológica e Curricular*

	Estruturalismo Construtivista	Materialismo Histórico Dialético	Teoria Social Crítica	Teoria Curricular Crítica / Pós-Crítica
Leitura da Ciência e do Direito	O campo é regido por disputas de capital simbólico e reprodução do *habitus* androcêntrico.	A produção de saber é condicionada pelas determinações do nó patriarcado-capitalismo-racismo.	Denúncia do mito da neutralidade; o conhecimento é sempre situado, parcial e interseccional	O currículo é um território contestado de poder, linguagem, cultura e produção de identidades.
Mecanismo no Currículo Opressor	Repetição autômata de esquemas cognitivos, rituais e normas que naturalizam a violência simbólica.	Divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual expressa no apagamento de autoras nas ementas.	Reificação da "objetividade fraca", do "truque do Deus" e silenciamento multimodal de vozes subalternizadas	Dispositivo multimodal de assujeitamento, manutenção do cânone eurocêntrico e androcêntrico.
Potencial no Currículo Libertador	Tomada de consciência reflexiva, desnaturalização das hierarquias do campo e das regras do jogo acadêmico.	Apreensão da totalidade concreta e transformação das bases materiais e institucionais da formação pedagógica.	Implementação da Objetividade Forte, incorporação de saberes localizados e práxis pedagógica emancipatória	Ferramenta multimodal de resistência discursiva, reescrita de ementas e emancipação dos sujeitos.

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2026

A leitura conjunta dos achados mostra que as três matrizes teóricas incidem sobre camadas distintas do fenômeno educacional e científico, e que a relação entre essas camadas dá ao confronto epistemológico poder interpretativo maior do que o de cada matriz tomada separadamente. A articulação é dialética, pois cada perspectiva responde a uma pergunta que a anterior deixa em aberto.

No plano das estruturas cognitivas e institucionais, a perspectiva estruturalista de Bourdieu (1999) explica a inércia e a reprodução dos esquemas de percepção no interior do campo e esclarece, com isso, por que critérios androcêntricos de excelência

seguem operando como se fossem neutros. Essa explicação localiza a dominação sobretudo na esfera simbólica e deixa em aberto a pergunta sobre as condições que a sustentam.

O materialismo histórico dialético de Saffioti (2004) e Collins (2024) responde a essa pergunta ao reancorar as assimetrias discursivas nas determinações materiais do nó formado por patriarcado, capitalismo e racismo e na divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual. Com esse deslocamento, a segregação territorial e o afunilamento hierárquico descritos por Olinto (2011, 2024) passam a ser lidos como efeitos das condições concretas em que a ciência se produz, o que mantém a análise afastada de um idealismo simbólico.

A Teoria Social Crítica atua no ponto de fricção entre a rigidez das estruturas sociais e a concretude das explorações materiais, e se volta aos procedimentos pelos quais o saber é produzido, ensinado e validado. Com a objetividade forte de Harding (1991), os saberes localizados de Haraway (1995) e a teoria curricular de Silva (1999) e de Lopes e Macedo (2011), a discussão passa da descrição das desigualdades à investigação de como elas se inscrevem nos modos de conhecer, e o currículo passa a ser tratado como objeto de análise.

Nessa chave, o currículo científico e jurídico é um território multimodal, atravessado por suportes expressivos, rituais e silenciamentos que variam conforme as escolhas de quem o organiza. Sua face opressora resulta de escolhas historicamente situadas, e escolhas situadas podem ser revistas. Os achados indicam que essa revisão passa por desestabilizar cânones reificados nas ementas, nas bibliografias e nos rituais acadêmicos, de modo que a perspectiva dos sujeitos historicamente subalternizados entre no currículo como critério de validade do saber.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa da literatura permitiu demonstrar que a alegada neutralidade epistemológica da ciência e do Direito é um artefato discursivo que encobre as assimetrias e hierarquias estruturantes do campo do conhecimento. O tensionamento deliberado entre o Estruturalismo, o Materialismo Histórico Dialético e a Teoria Social Crítica expôs o funcionamento interno da produção científica e jurídica e mostrou que as dinâmicas de gênero, raça e classe são vetores constitutivos da própria definição de saber legítimo.

A síntese dos achados confirma que o confronto entre as três matrizes é necessário para apreender o problema em sua integralidade. O aporte estruturalista de Bourdieu instrumentalizou o diagnóstico da inércia e da reprodução das instituições acadêmicas e jurídicas e evidenciou a força da violência simbólica e a naturalização do habitus masculino. A perspectiva materialista e interseccional de Saffioti e Collins ancorou o teto de vidro e a segregação horizontal, descritos por Olinto, nas determinações concretas da divisão sociossexual e racial do trabalho intelectual, situadas no nó formado por patriarcado, capitalismo e racismo, o que afastou a análise de abstrações estritamente discursivas.

No ponto de fricção entre essas duas leituras, a Teoria Social Crítica e as epistemologias feministas de Harding e Haraway romperam com a ilusão positivista da imparcialidade cartesiana. Ao substituir a “objetividade fraca” pela objetividade forte e ao reconhecer a localização dos saberes corporificados, o pensamento crítico feminista abalou os pilares dogmáticos da neutralidade e indicou que o Ponto de Vista Feminista e as vivências dos sujeitos historicamente marginalizados são exigências de rigor metodológico e de democratização do conhecimento.

O currículo apareceu, nesse quadro, como território de disputas teóricas e políticas, conforme Silva, Lopes e Macedo. Analisado pela ótica da multimodalidade discursiva, apresentou duas dimensões simultâneas. Na dimensão opressora, reproduz estruturas dominantes e perpetua o androcentrismo e o eurocentrismo por meio de ementas inflexíveis, silenciamentos pedagógicos, escolhas bibliográficas hegemônicas e rituais normativos que ensinam a subalternidade. Na dimensão libertadora, funciona como espaço de resistência e criação, no qual é possível desconstruir cânones reificados, incorporar a interseccionalidade e afirmar novas subjetividades e pedagogias emancipatórias.

Superar a ficção da neutralidade científica e jurídica exige, portanto, intervenção curricular intencional e multimodal em universidades e escolas. A democratização da ciência depende da ampliação da presença de mulheres nos espaços acadêmicos e também da revisão das premissas epistemológicas, dos critérios de avaliação de mérito e dos programas de ensino. Reconhecer que todo conhecimento é situado, político e corporificado é a condição para que o currículo atue como ferramenta de libertação e de justiça social.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, pela formação e pelo ambiente de debate acadêmico em que esta pesquisa se desenvolveu, e aos professores do programa, pelas contribuições ao longo do percurso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de manutenção, que financiou a realização desta pesquisa e garantiu as condições necessárias à dedicação que ela exigiu.

A todas as mulheres que produzem ciência apesar dos obstáculos que o campo lhes impõe, cujo trabalho cotidiano sustenta a pesquisa e dá sentido às questões aqui discutidas.

REFERÊNCIAS

AMADO, João (org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais**: raça, gênero e violência. São Paulo: Boitempo, 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Whose science? Whose knowledge?**: Thinking from women's lives. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

OLINTO, Gilda. Gênero como tema de pesquisa em Ciência da Informação: reflexões sobre uma caminhada. **DivulgaCI**, v. 2, n. 2, fev. 2024.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; WOTTRICH, Laura. Desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação: o teto de vidro no quintal. **Matrizes**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 141-163, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A ontogênese do gênero. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ISSN: 2358-8829

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.